

PARQUES URBANOS: PARQUE ECOLÓGICO DO CORTADO E SUA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE ESCOLAR

URBAN PARKS: CULTURAL PARK ECOLOGICAL PARK AND ITS RELATIONSHIP WITH THE SCHOOL COMMUNITY

Heitor Dornelas Moraes Ventura de Macedo,
Cláudia Pinheiro Nascimento

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender a percepção ambiental e o entendimento dos estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental da Escola CEF 19 de Taguatinga a respeito das questões ambientais que envolvem o Parque do Cortado, este situa-se no interior da ARIE dos córregos Taguatinga/Cortado e foi criado pelo Decreto nº11.467, de 6/3/89. Os dados da pesquisa foram obtidos principalmente, dos questionários que foram respondidos pelos alunos e por pesquisa bibliográfica. Os dados obtidos corroboram de alguma maneira para evidenciar que a proposta de se tratar a Educação Ambiental e sobre o Parque do Cortado como temas a serem trabalhados de forma transversal ainda se mostram longe de alcançar um resultado satisfatório.

Palavras-chave: Percepção Ambiental, Educação Ambiental, Escola, Alunos e Cerrado.

ABSTRACT

The present work aims to understand the environmental perception and the understanding of the students of the 6th grade of the Elementary School of the CEF 19 School of Taguatinga about the environmental issues that surround the Parque do Cortado. It is located within the ARIE of the streams. Taguatinga / Cortado and was created by Decree No. 11.467 of 6/3/89. The research data were obtained mainly from the questionnaires that were answered by the students and by bibliographic research. The data obtained corroborate somehow to show that the proposal to treat Environmental Education and about the Parque do Cortado as themes to be worked across are still far from achieving a satisfactory result.

Keywords: *Environmental Perception, Environmental Education, School, Students and Cerrado.*

INTRODUÇÃO

O descaso dos Parques Ecológicos do Distrito Federal é um problema de interface não só política, mas também de interface socioambiental. Pois, ocorrem situações em que o desenvolvimento desses parques não evolui na forma que foi estipulado no momento da sua criação e seu plano de manejo.

O parque do cortado encontra-se dentro deste contexto visto ainda não apresentar um plano de manejo, o que demonstra uma extrema dificuldade por

parte do IBRAM entre ter o coro para os serviços/recursos humanos e política para administrar os parques do Distrito Federal.

Nesse trabalho se examinou a percepção ambiental que os alunos do 6º Ano da escola CEF 19 têm do parque do Cortado e de suas redondezas, com o intuito de responder a pergunta que norteou este trabalho: Como o parque ecológico do cortado tem sido percebido dentro de sua importância ambiental pelos alunos do Centro de Ensino Fundamental 19?

Os procedimentos metodológicos que orientaram esta pesquisa iniciaram-se com uma análise e leitura de artigos e pesquisa bibliográfica, além de um questionário, na busca de resultados sobre o que esse tema, e como as escolas públicas trabalham ao redor e dentro do parque.

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL

Na obra *Dilemas do Cerrado*, de Duarte e Theodoro (2002, p. 29), os autores já mencionavam a importância da articulação das várias instâncias gestoras na vida dos parques ecológicos, quando afirmam que a desarticulação entre os diversos níveis estatais, aliada ao desconhecimento sobre as áreas e sob a responsabilidade governamental, mostra-se como um dos principais problemas da gestão ambiental no Brasil, em particular, no Distrito Federal.

Desta maneira, infere-se que mesmo com boas legislações e visão abrangente, não há junção entre o papel e a realidade ecológica, o que não é realidade restrita ao Distrito Federal, pois falta aos gestores conhecerem o que é de sua competência e terem mais responsabilidade com os recursos naturais.

Em menor escala de legislação, se aplicam à realidade dos Parques Ecológicos do Distrito Federal, a Lei Complementar nº 265, de 14 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a criação de Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo no Distrito Federal.

A terminologia dada pela LC nº 265, de 1999, aos parques do Distrito Federal é peculiar à esfera distrital, tendo em vista que esses nomes não foram utilizados em nenhuma legislação anterior. Possivelmente, este fato ocorreria pelo pouco embasamento dos legisladores quanto à temática ambiental. Logo, sua falta de zelo para com a terminologia desencadeou consequências para as atividades práticas dos gestores, especialmente quanto ao enquadramento dos parques, suas competências, responsabilidades, etc.

Entretanto, a LC nº 265, de 1999, apesar de sua nomenclatura divergente, segue, praticamente, o mesmo padrão das legislações já tratadas. Em seu texto, trata de alguns conceitos, a saber: unidades de conservação, recurso natural, manejo, recuperação, entre outros.

Além de tratar a respeito dos conceitos mencionados, a LC nº 265 de 1999, dispõe sobre a criação e disciplinamento dos parques distritais. Em seu art. 4º, explicita o conceito de um parque ecológico e as condições caracterizado como tal, conforme o texto da lei *in verbis*:

[...] Art. 4º Os Parques Ecológicos devem possuir áreas de preservação permanente, nascentes, olhos d'água,

veredas, matas ciliares, campos de murunduns ou manchas representativas de qualquer fito fisionomia do cerrado que abranjam, no mínimo, trinta por cento da área total da unidade.

[...] Art. 6º Os Parques de Uso Múltiplo devem situar-se dentro de centros urbanos, ou contíguos a estes, em áreas de fácil acesso à população, predominantemente cobertas por vegetação, nativa ou exótica [...]. (CLDF, 1999).

Segundo Duarte e Theodoro (2002), os parques ecológicos devem necessariamente abranger áreas com pelo menos trinta por cento de vegetação nativa, ao passo que os de uso múltiplo podem ser de vegetação predominantemente nativa ou exótica. E, ainda conforme as autoras, a LC nº 265, de 1999, objetiva primordialmente a conservação dos ecossistemas naturais e os parques de uso múltiplo, as atividades recreativas.

Na questão administrativa, a LC nº 265, de 1999, reafirmou a competência das administrações regionais das cidades satélites, porém, contará com a Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH para supervisionar os parques.

Cumpra também que cada parque tenha um conselho gestor, composto por membros do poder público e da sociedade. Na lei complementar, trata-se, ainda, da iniciativa privada dentro da área dos parques, de maneira que os particulares poderão instalar-se nos parques, desde que tenham autorização precária do poder público, por meio de contraprestação de preço público, e sigam as seguintes exigências: licenciamento ambiental, com a realização de estudos de avaliação de impactos ambientais, amortização dos custos de manutenção do parque, e contribuição mensal pela concessão de uso de área pública, mesmo que cedida em caráter provisório, de no mínimo, cinco por cento do total do custo de implementação do empreendimento.

Por fim, a LC nº 265, de 1999, regulamenta a presença de população residente nos parques. No art. 22, ajusta a proibição para o uso residencial, permanente ou temporário, nos parques ecológicos e de uso múltiplo. Não obstante, dispõe que se excetuem as ocupações existentes até a data de criação dos parques.

CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE DO CORTADO

Embora não tenha sido efetivamente criado, por lei ou por decreto, esse parque existe, na prática, pois a AR está elaborando projeto para a área, com esboço do futuro zoneamento. A SEMARH mantém um escritório de representação no local, com portal indicando “Parque do Cortado” e policiamento durante 24 horas. O local é bastante visitado pela população, e a implantação desse parque é considerada prioritária pela Administração Regional de Taguatinga. (PARQUES DO DISTRITO FEDERAL, 2000, p.32).

O “Parque do Cortado” situa-se no interior da ARIE dos córregos Taguatinga/Cortado, criada pelo Decreto nº11.467, de 6/3/89, com poligonal definida. São objetivos da ARIE: recuperar a vegetação às margens dos

córregos Taguatinga e Cortado; “garantir a preservação dos ecos sistema criado pela família Onoyama, nas chácaras do mesmo nome”; proteger recursos da fauna; proteger a área de drenagem dos córregos Taguatinga e Cortado; desenvolver programas de observação ecológica, pesquisas sobre os ecossistemas locais e a educação ambiental. (PARQUES DO DISTRITO FEDERAL, 2000, p.32).

Imagem 1: Parque do Cortado e região.



Fonte: Imagem retirada do Google Earth Pro (2018).

Não existe ainda um plano de manejo para o Parque do Cortado, o IBRAM demonstra uma extrema dificuldade entre o de ter coror para os serviços/recursos humanos e política para administrar os parques do Distrito Federal. A falta de manuseio nos parques só transforma as unidades de conservação em áreas abandonadas e sem visitação/uso da população local.

O projeto proposto pela AR prevê a divisão do parque em três áreas: a primeira, destinada a uso restrito, por conter parte da mata em bom estado de conservação; a segunda, destinada ao lazer ecológico, abrangendo um escritório de representação da SEMARH, em área antigamente utilizada para produção de concreto por uma empresa de pré-moldados, e trecho do rio e da mata onde existem diversas cachoeiras e trilhas já visitadas pela população; a terceira, destinada ao uso intensivo, localizada próximo à Via de Ligação Centro-Norte, em local já bastante degradado, onde será construída uma represa para formação de um lago de 72,000m², a ser utilizado para recreação e esporte. Deve-se mencionar que o córrego Cortado tem sofrido severos impactos negativos provocados pelas águas pluviais que nele são lançadas, provenientes da área urbana de Taguatinga. (PARQUES DO DISTRITO FEDERAL, 2000, p. 32)

CARACTERIZAÇÃO DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 19

O Centro de Ensino Fundamental 19 de Taguatinga, passou para esta tipologia no DODF nº 74 seção 1 p. 04/08 de 10 de abril de 2013. Até então, era denominada Escola Classe 40 de Taguatinga, situada na EQNL 10/12, Área Especial N.º 01, Taguatinga Norte, foi inaugurada em 10 de abril de 1978

e teve seu funcionamento autorizado pela portaria n.º 17, de 07 de julho de 1980.

Imagem 2: CEF 19 e Parque do Cortado.



Fonte: Imagem retirada do Google Earth Pro (2018).

No ano de 2018, foi feito o atendimento de 23 turmas do 6º ao 9º ano e uma turma de Ensino Especial. Para o Ensino Fundamental Anos Finais houve a adoção do Sistema de Ciclos com a implantação do 3º Ciclo dividido em dois blocos: Bloco I - 6º e 7º anos turno vespertino e Bloco II – 8º e 9º anos turno vespertino.

Um dos objetivos específicos da escola é desenvolver hábitos de relacionamento com a natureza, mostrando a importância da vida. O desenvolvimento da autonomia intelectual, pensamento crítico e preparação do aluno para o exercício da cidadania, são os objetivos institucionais do CEF 19.

A escola foi construída para atender moradores do setor QNL que, por sua vez, fora criado para resolver a necessidade de moradia dos cidadãos e fomentar o desenvolvimento da cidade. (PPP, 2018, p. 05).

PROJETO DISCIPLINAR II DO CEF 19

O Projeto disciplinar II que está presente no PPP da escola, tem como objetivo geral despertar da consciência ambiental dos alunos e que com este conhecimento adquirido, eles passem esse conhecimento por onde passar.

O projeto visa trazer a percepção aos alunos do que seja o cuidado pelo meio ambiente, com suas atividades descritas no quadro abaixo, as disciplinas mais trabalhadas são as ciências naturais, podendo sim, que geografia possa participar desse projeto e que os conceitos geográficos possam ajudar aos docentes.

Tabela 01: Projeto Disciplinar II – Sustentabilidade

TÍTULO DO PROJETO	3 - PROJETO DISCIPLINAR II – SUSTENTABILIDADE
APRESENTAÇÃO/ JUSTIFICATIVA	Considera como medida de prevenção e conservação do meio ambiente a reutilização de materiais descartáveis, pois o acúmulo de embalagens aumenta os resíduos sólidos que

	poluem o meio ambiente. Já o descarte de materiais plástico, vidro e pneus podem ficar centenas de anos no ambiente causando graves danos, com a reciclagem desses materiais estaremos contribuindo para a conservação dos recursos naturais.
PÚBLICO ALVO	Alunos do 6º ao 9º anos.
RECURSOS HUMANOS	Alunos, professores e coordenadores.
RECURSOS MATERIAIS	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Cartolinas; ❖ Tesoura; ❖ Lápis e borracha; ❖ Textos informativos; ❖ Papéis; ❖ Materiais recicláveis. (caixas, vidros, latas, garrafas PET, entre outros.)
RECURSOS FINANCEIROS	PDAF/PDDE.
OBJETIVO GERAL	Despertar nos alunos o interesse pela conscientização ambiental, fazendo com que eles se tornem multiplicadores do conhecimento adquirido.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Conscientizar os alunos sobre a importância da reutilização de objetos. ❖ Reutilizar materiais que são prejudiciais ao meio ambiente. ❖ Explicar a importância da conservação de água e do solo para as futuras gerações. ❖ Informar e mobilizar a comunidade sobre a importância do projeto.
METODOLOGIA/ DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	<p>Este projeto será implantado seguindo algumas etapas como: trabalhar a questão ambiental dentro do conteúdo de ciências naturais abordando a conservação e preservação ambiental com debates, textos, vídeos e reportagens atuais; Além de abordar a importância dos três Rs – Reduzir, Reciclar e Reutilizar; Após a conscientização teórica será feita a coleta do material a ser usado no projeto como as garrafas pet e as embalagens de leite (caixinhas),caixinha de suco, papelão, latinha de alumínio e etc. que deverão ser doados pela comunidade escolar e coletados durante o intervalo pelos alunos responsáveis pelo projeto.</p> <p>A produção será feita com material acessível e de baixo custo como: Papel, garrafas de vidro ou de plástico, caixinhas de suco, tampa de garrafas, embalagens de balas e etc. Estes materiais serão usados para a produção de brinquedos, objetos de decoração, outros como porta jóias, lápis e porta retratos, outros ainda poderão ser usados como bolsas, carteiras e etc. Dependerão da criatividade de cada aluno.</p>
CRONOGRAMA	Durante todo o ano letivo, a partir do segundo bimestre.

DE TRABALHO	
RESULTADOS ESPERADOS	❖ Despertar nos alunos a consciência ambiental para o uso racional de materiais descartáveis com a ênfase na importância dos três Rs, reciclar, reutilizar e reduzir.
AValiação DOS RESULTADOS	❖ Bimestralmente nas provas, nos projetos e exposições.

Fonte: (PPP CEF14 DE TAGUATINGA, 2018).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A aplicação dos questionários possibilitou principalmente identificar como o Parque do Cortado é visto pelos alunos e se a Educação Ambiental tem algum efeito. Quando se levanta as informações acerca do conhecimento por parte dos alunos sobre o Parque do Cortado, 58% responderam que conhecem o parque uma vez que residem nas áreas ao redor do referido e, porém, o índice de alunos que não conhecem o parque é muito elevado, cerca de 42%.

A frequência de visita dos alunos ao parque também baixa, cerca de 53% nunca visitaram o parque e 16% quase nunca frequentam o parque, 26% frequentam o parque as vezes e, somente 5% frequentam o parque com frequência.

Toda a falta de conhecimento acerca do parque e sua desarticulação com as visitas pode ser explicada pela não articulação das várias instâncias gestoras na vida dos parques ecológicos, que segundo Duarte e Theodoro (2002) ocorre aliado a uma desarticulação entre os diversos níveis estatais, aliada ao desconhecimento sobre as áreas e sob a responsabilidade governamental, compreendendo como um dos principais problemas da gestão ambiental no Brasil, em particular, no Distrito Federal.

A visita dos alunos ao parque aconteceu principalmente para visitar as trilhas existentes (56%), 31% visitaram o centro de visitantes e, 13% os espelhos d'água. Porém, ao longo da aplicação do questionário foram levantados questionamentos quanto a segurança do parque, como um local de assassinos e estupradores.

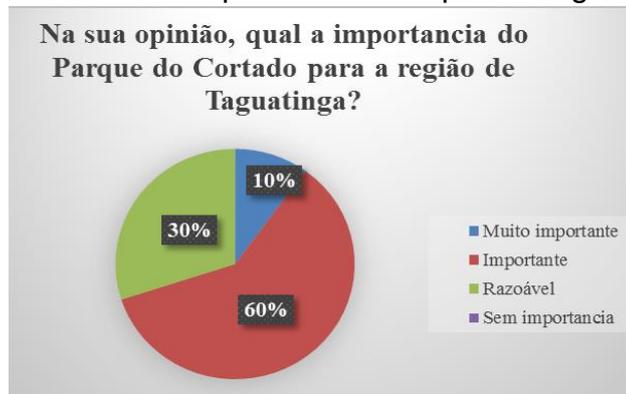
A informação colhida por intermédio dos questionários vai contra o que é apresentado pela SEMARH que informa em seus relatórios que mantém um escritório de representação no local, com portal indicando "Parque do Cortado" e policiamento durante 24 horas. O local é bastante visitado pela população, e a implantação desse parque é considerada prioritária pela Administração Regional de Taguatinga. (PARQUES DO DISTRITO FEDERAL, 2000, p.32).

Sobre as notícias vinculadas ao Parque os alunos responderam que ouviram muito pouco acerca, a maioria dos alunos (63% dos entrevistados) responderam que "às vezes" escutavam ou liam algo sobre o parque, e 21% nunca ouviram nenhuma notícia vinculada ao parque.

Sobre a percepção dos alunos acerca da importância do Parque do Cortado para a Região cerca de 60% (Gráfico 01) ou seja, a maioria respondeu ser muito importante, porém esta é uma informação que vai contra todas as

demais apresentadas, se o parque é importante para a comunidade porque ele não é conhecido e nem tão pouco visitado?

Gráfico 01 – A importância do Parque do Cortado para a região de Taguatinga

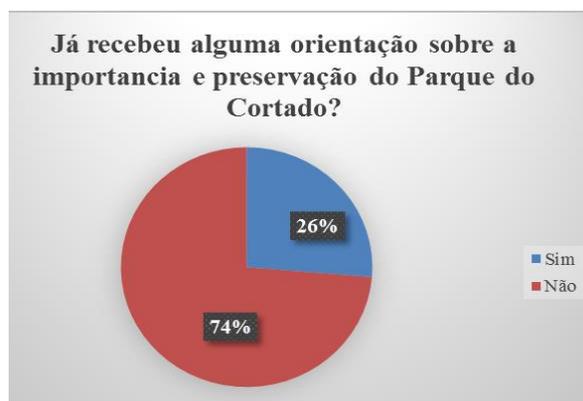


Fonte: Elaborado pelos autores segundo pesquisa de campo, 2018.

Sobre os problemas enfrentados pelo parque 58% responderam que não conheciam os problemas enfrentados pelo parque, porém, 42% responderam que conheciam os problemas referentes ao parque referindo-se sobretudo, a violência e ao uso de drogas.

Contudo, as informações acerca da importância do Parque do Cortado nos levam a algumas reflexões, do total de entrevistados 74% responderam que não receberam nenhuma orientação sobre a importância e preservação do parque do Cortado, e 26% responderam ter recebido informações (Gráfico 02).

Gráfico 02 – Orientações acerca da importância do Parque do Cortado



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de pesquisa de campo, 2018.

As informações acima vão contra o que o PPP da escola apresenta, em seu Projeto disciplinar II que tem como objetivo geral despertar da consciência ambiental dos alunos, além de demonstrar que não está desenvolvendo nos alunos uma consciência acerca da percepção ambiental.

A percepção ambiental é uma atividade mental de interação do indivíduo com o meio, que pode ser definida como uma tomada de consciência do meio pelo ser humano. Funciona como um importante diagnóstico da situação da comunidade em relação ao meio, avaliando o nível de valoração dado aos

diversos recursos e serviços ecossistêmicos, e possibilitando a criação de programas de educação ambiental. (MARCZWSKI, 2006).

Xavier (1998), afirma que os indivíduos constroem seu espaço perceptivo através do contato direto e íntimo com a paisagem vivida. Com isso, esse contato entre o indivíduo e o meio é necessário na atualidade, portanto, isso não acontece, pois, o indivíduo está ocupado e preocupado com suas tarefas diárias na sociedade.

Interligada aos sentidos, como se enxerga o ambiente, como sentimos o espaço, como escutamos a natureza, como estamos ligados - a percepção está relacionada a forma como utilizamos o espaço que no presente estudo se restringe ao Cerrado. O contato dos humanos com a natureza se dá por controle ou por cautela, ou seja, a forma como o indivíduo enxerga e se sente no ambiente está vinculada a maneira como percebe e se comunica com a natureza.

Se a relação com a natureza for positiva, essa se traduzirá em reciprocidade, cuidado, preservação e conservação do ambiente natural. Se a relação for de dominação, propagar-se-á na soberania, no desmatamento, na degradação, na poluição, entre outras consequências desastrosas ao meio ambiente.

Dessa maneira, a percepção ambiental vem colaborar para a consciência e prática de ações individuais e coletivas, compreendendo melhor as inter-relações entre o ser humano e o meio ambiente, suas expectativas, suas satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas. (PACHECO; SILVA, 2007, apud, CUNHA; LEITE, 2009, p. 68).

Este despertar da percepção ambiental poderá a levar ao desenvolvimento de ações por parte dos alunos no sentido de resolverem a problemática ambiental do parque. Do questionamento acerca da contribuição dos alunos para a preservação do parque, 84% respondeu que se reunirem em com os colegas que se preocupam com o meio ambiente para que pudessem realizar atividades no parque, destes 11% responderam que não poderiam contribuir com nada, pois era o Estado que cuida do parque e 5% responderam que por intermédio de ações sociais (Gráfico 03).

Apesar das respostas irem ao encontro com a visão de percepção ambiental que leva a consciência e prática de ações individuais e coletivas, na prática fica claro que não é assim que acontece.

Gráfico 03 – Contribuições para o Parque do Cortado

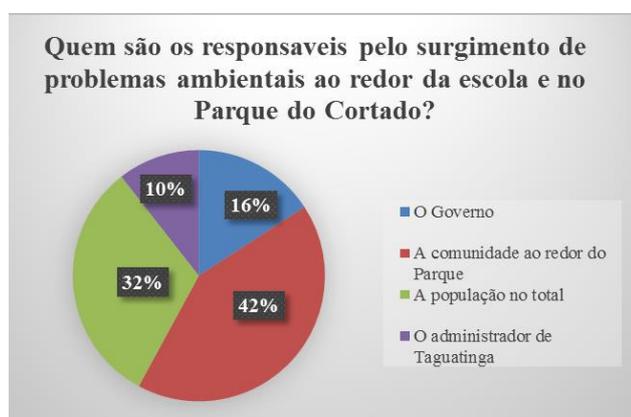


Fonte: Elaborado pelos autores a partir de pesquisa de campo, 2018

A forma como os alunos sugerem a melhoria e conservação do parque reflete uma relação positiva e de reciprocidade com a conservação do parque, 41% responderam que se deve não poluir os rios, 19% não jogar lixo, 24% não queimar as matas e 16% separar o lixo seco do úmido.

Acerca dos responsáveis acerca do surgimento dos problemas ambientais ao redor do parque e no parque do cortado, 42% afirmam que a comunidade é a maior responsável pelos problemas apresentados no parque, 32% associam os problemas a população total, 16% culpam o governo e 10% os administradores de Taguatinga (Gráfico 04).

Gráfico 04 – Responsabilidade dos Problemas Ambientais ao redor da escola e do Parque do Cortado



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de pesquisa de campo, 2018

As respostas apresentadas demonstram a falta de identidade da população local com o lugar, segundo Tuan (1983) um lugar é por sua vez definido por meio de apropriações afetivas que decorrem com o tempo de vivência e/ou das experiências atribuídas às relações humanas. O lugar é uma área que foi apropriada afetivamente, transformando um espaço antes indiferente em um lugar, "O lugar é um mundo de significado organizado" (TUAN, 1983, p. 198).

Sobre o desenvolvimento de atividades ou projetos no parque do cortado pela escola, 79% responderam que não tem conhecimento, contra 21% que afirmaram que a escola usa o espaço (Gráfico 05).

Gráfico 05 – O Uso do Parque do Cortado em Algum projeto ou atividade



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de pesquisa de campo, 2018

As respostas apresentadas refletem a não aplicação do Projeto interdisciplinar proposto que está presente no PPP da escola, que tem como objetivo geral despertar da consciência ambiental dos alunos e que com este conhecimento adquirido, eles passem esse conhecimento por onde passar. Além de não trazer a percepção aos alunos do que seja o cuidado pelo meio ambiente.

É possível então afirmar que a educação ambiental não tem sido desenvolvida na escola, pois educação ambiental envolve a compreensão do meio ambiente e de suas relações, e incentiva a participação social na preservação como exercício da cidadania, integrando as metas de manejo com os aspectos sociais. Pode-se dizer que a educação Ambiental é um processo permanente no qual o indivíduo e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação, que os tornem aptos a agir e resolver problemas ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção ambiental das pessoas, preferencialmente dos alunos que foram entrevistados demonstram não existir uma consciência acerca da preservação do meio ambiente, e nem tão pouco da importância do parque do cortado para a região. O projeto disciplinar que existe no PPP da escola não está dando resultados reais, pois alunos teriam que visitar o Parque do Cortado, para que fosse realizado atividades que proporcionassem algo além de sala de aula.

Toda essa situação insere-se dentro de uma falha existente no Brasil que trata a educação ambiental como um tema transversal sem ser tratado como interdisciplinar no ambiente escolar.

A desinformação, a falta de discernimento ou a defasagem da percepção ambiental dos entrevistados se faz presente nas análises dos dados. Os dados obtidos corroboram de alguma maneira para evidenciar que a proposta de se tratar a Educação Ambiental e sobre o Parque do Cortado como temas a serem trabalhados de forma transversal na instituição de ensino, e trazendo aqui o raciocínio lógico, para a escola em questão, a transversalidade ainda se mostra muito além de um resultado ótimo e conclusivo.

Os objetivos que foram propostos no trabalho foram alcançados. A ação de indagar a percepção ambiental dos alunos rendeu resultados significativos. Existe uma assimilação dos alunos do que venha a ser meio ambiente, e a noção de que existe uma área verde disponível ao seu lado, tanto em uma apreensão minimalista quanto em interpretações rasas, sobretudo, quando tratado de forma conceitual. Há um desconhecimento da disposição final da água tanto nas casas quanto na escola, sendo que para essa última na minha opinião é um erro, os alunos não se interessarem sobre a água.

É válido constatar, que os principais problemas salientados pelos alunos sobre o Parque do Cortado são: a violência intensa na região e o uso de drogas, usuários fazem do Parque seu local de uso, e para o entendimento dos alunos, a comunidade é culpada pelo o estado crítico que se encontra o Parque.

O governo e a população são atribuídos como propagadores dos problemas ambientais no bairro/cidade/entorno da escola, o discernimento do aluno para esse entendimento vem de dentro da sala de aula, os alunos têm a consciência do problema que se passa na sua região.

Contudo, cabe a sugestão de temas para serem trabalhados em programas de medidas mitigadoras, que são: o estímulo ao desenvolvimento intelectual da percepção ambiental tornar mais maciço; conservação e preservação do ambiente vivido; e oferecimento de programas ambientais no Parque do Cortado.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, U. **Notas sobre a Política Nacional do Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro, [s. d.]. pp. 1-16.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 34 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e bases da educação Nacional**. LDB 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 30 set. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Propostas de Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental**, 2018.

_____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 2 jun. 2018.

BONI, V; QUARESMA, S. J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005. Disponível em: <<http://www.journal.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

BARSA SABER. **Educação Ambiental**. Disponível em: <<http://brasil.planetasaber.com/theworld/gats/article/default.asp?pk=2146&art=59§ion=145881>>. Acesso em: 18 maio 2018.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Papirus Editora. São Paulo, 1996. p. 99.

CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C. da; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15-47; 77-116.

CASTRO, Newton (coord.). **A questão ambiental no Distrito Federal**. 2. ed. Brasília: Sebrae/DF, 2006. 162 p.

CUNHA, A. S.; LEITE, E. B. **Percepção Ambiental: Implicações para a Educação Ambiental**. Sinapse Ambiental, p. 66-79, Belo Horizonte, setembro, 2009.

DATO, J. S. **Uma contribuição para a gestão ambiental da ARIE Parque Juscelino Kubitschek**. 2006. 120 f. (Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental) – Programa de pós-graduação em Planejamento e Gestão Ambiental, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2006.

DIREITO AMBIENTAL. **Legislação Ambiental**. Disponível em: <<http://www.direitoambiental.adv.br/ambiental.qps/Ref/PAIA-6SR8XC>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

DISTRITO FEDERAL. Lei Complementar nº 265, de 14 de outubro de 1999. **Dispõe sobre criação de Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo no DF**. Disponível em: <<http://www.cl.df.gov.br/cldf/legislacao/leis-distritais-1/>>. Acesso em: 30 set. 2018.

_____. Lei Complementar nº 827, de 22 de julho de 2010. **Regulamenta o art. 279, I, III, IV, XIV, XVI, XIX, XXI, XXII, e o art. 281 da Lei Orgânica do Distrito Federal, instituindo o Sistema Distrital de Unidades de Conservação da Natureza -SDUC**. Disponível em: <<http://www.cl.df.gov.br/cldf/legislacao/leis-distritais-1/>>. Acesso em: 30 set. 2018.

_____. Lei nº 1.002, de 2 de janeiro de 1996. **Cria a Área de Relevante Interesse Ecológico Juscelino Kubitschek – ARIE JK**. Disponível em: <<http://www.cl.df.gov.br/cldf/legislacao/leis-distritais-1/>>. Acesso em: 30 set. 2018.

DUARTE, L. M. G.; THEODORO, S. H. (orgs.). **Dilemas do cerrado: entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

DUTRA, C. A.; FIUZA, A. L. C. **A racionalidade ambiental: a construção das representações sociais sobre a problemática sócio-ambiental por atores sociais do meio rural face às informações obtidas dos meios de comunicação**. Minas Gerais: [s. d.]. pp. 1-18. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/GT5-Carina-Amorim-Dutra.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

ESPANHA. Constituição (1978). **Constitución Española de 1978**. Disponível em:

<<http://www.boe.es/aeboe/consultas/enlaces/documentos/ConstitucionCASTELLANO.pdf>>. Acesso em: 21 maio. 2018.

GUERRA, A. J. T; COELHO, M. C. N. (orgs). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009

GDF- SEEDF. Projeto Político Pedagógico. **Centro de Ensino Fundamental 19 de Taguatinga**. Distrito Federal. 2018

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (GDF). **Instituto de Ecologia e Meio Ambiente (LEMA)**. 1999. Relatório de Vistoria nº22/99: Situação Física do Parque Ecológico do Cortado. Brasília, mimeo.

MACHADO, Júlia Teixeira. **Um estudo diagnóstico da Educação Ambiental nas Escolas do Ensino Fundamental do Município de Piracicaba/SP**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Agroecossistemas) - Ecologia de Agroecossistemas, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2007. Disponível em: . Acesso em: 10 agosto 2018.

Parques do Distrito Federal. -Brasília: CLDF 2000. p. 127.

ROCHA, José Carlos. **Diálogo entre as categorias da Geografia: Espaço, Território e Paisagem**. Caminhos de Geografia revista online. Instituto de Geografia UFU. Uberlândia. Setembro, 2008. p.139.

_____; LEAL, Z. M. **Parques do Distrito Federal**. Brasília: [s.n], 2000.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Espaço Geográfico Uno e Múltiplo**. Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Barcelona. Julho, 2001. p. 4.

TUAN, Y. F. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira, São Paulo, Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. Geografia humanística in CHRISTOFOLETTI, Antonio (org.). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 143 – 164.